

Psicologia social

teoria e prática

Silvia T. Maurer Lane

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LANE, STM. Psicologia social: teoria e prática. In RIVERO, NEE., org. *Psicologia social: estratégias, políticas e implicações* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 5-12. ISBN: 978-85-9966-286-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Psicologia Social: Teoria e Prática

Silvia T. Maurer Lane

I – A Situação Atual

Sabemos que a Psicologia surgiu, como área científica e profissional, no Brasil, sob duas égides: a da Medicina e a da Educação. A primeira entendia a psicologia como uma prática curativa dos distúrbios mentais, e a segunda visava uma ação preventiva. Porém, as condições sócio-econômicas do país privilegiavam o modelo médico, propiciando um ‘status’ ao psicólogo clínico.

Trabalhos e experiências significativas como os de Lourenço Filho e Helena Antipof não tiveram a força suficiente para competir com a figura poderosa do “doutor”. (Só os psicólogos clínicos são tratados por doutor...)

Quando a profissão e o currículo dos cursos de psicologia foram regulamentados por lei, em 1962, havia a preocupação de uma formação polivalente: clínica, trabalho e educação, porém, na realidade os cursos priorizavam a formação em clínica, mais devido a demanda dos alunos do que por um princípio educacional.

Há um outro ângulo a ser considerado, tradicionalmente o prestígio do médico significava ganho elevado, enquanto desprestígio da educação se traduzia em baixos salários – que reforçava o modelo médico para o psicólogo.

Pesquisas realizadas por Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, apresentaram resultados assustadores quanto ao exercício da profissão, mostrando que uma alta porcentagem dos psicólogos – registrados – não vivem de sua profissão pois dedicam apenas algumas horas semanais a ela, insuficientes para garantir uma sobrevivência financeira.

A tese de doutorado de Sergio Ozella constatou em 1983 a existência de 74 cursos de psicologia em todo o país, e, dez anos depois eram mais de cem. Se considerarmos uma média de 100 alunos que se formam

anualmente em cada curso, teremos em torno de 10 mil psicólogos ingressando no mercado de trabalho. O que estarão fazendo estes profissionais?

Sem dúvida há um grande contingente batalhando por uma clínica, com poucos pacientes, porém amparados financeiramente por outros.

Aqueles que necessitam sobreviver de sua profissão vão à procura de empresas e indústrias, na qualidade de psicólogos organizacionais e/ou de recursos humanos. Os salários são razoáveis, porém sofrem um forte preconceito oriundo das universidades: “se V. trabalha para um capitalista, direta ou indiretamente, V. está explorando o trabalhador...”.

Enquanto isso, o psicólogo educacional desenvolveu muitos estudos e pouca prática – o cargo existia em escolas particulares, e, há alguns anos, ele foi criado em escolas públicas.

A dissertação de Mestrado de Wanda Maria Junqueira Neves demonstrou como esses profissionais não têm clareza sobre suas funções e atribuições. Fazendo de tudo ou nada nas escolas. Porém, eles continuam a velha discussão sobre qual é a diferença entre o psicólogo educacional e o escolar... E eles continuam fazendo ‘clínica’, ou seja, atendendo individualmente, as crianças ‘ditas’ problemáticas quanto à aprendizagem e ao comportamento. Existem exceções muito bem sucedidas, em geral, em escolas particulares onde existem condições de manter equipes de profissionais escolhidos a dedo... E, razoavelmente bem pagos...

Mas, via de regra, ele é um profissional à procura de sua identidade...

Este parece não ser o problema do psicólogo clínico, pois ele é o doutor, (curador ou... curandeiro?). A ausência de uma coerência entre teoria e prática, ou, entre saber e fazer, acabam levando a práticas ecléticas, que priorizam a sensibilidade como o seu guia.

Da mesma forma como encontramos psicólogos freudianos, yunguianos, psicodramatistas, behavioristas, etc., também existem aqueles para os quais tudo é válido, como o Tarô, o I Ching ou o Horóscopo, como recursos para diagnosticar o porque do sofrimento de alguém, isto, quando não apelam para energias cósmicas ou terapias de vidas passadas.

Também gosto de consultar o I Ching e ler o meu horóscopo, mas ciente de estar em outro nível- o da crença, não o do saber científico. Pois, a dúvida acompanha sempre o “oráculo”.

Quando afirmamos que o psicólogo está à procura de sua identidade, queremos dizer que as teorias e técnicas apreendidas, só têm valor se submetidas a uma análise crítica de quanto elas permitem atingir os objetivos propostos.

A ciência é um saber humilde. Ela parte da ignorância, e questiona: “será que pode ser assim?” Se for, ela deve demonstrar por “a+b” a sua descoberta, sem deixar dúvidas, apenas mais questões a serem investigadas.

Qualquer que seja a prática do psicólogo, curativa ou preventiva, ele poderá desenvolvê-la no sentido de fazer com que o sujeito de seu trabalho se reconheça como uma individualidade construída por um contexto sócio-histórico.

Ou seja, trata-se de um organismo peculiar que se desenvolve através do conjunto de suas relações, as quais acontecem perpassadas pela lógica e ideologia das instituições, que definem os papéis sociais, as normas, os valores e os objetivos a serem atingidos.

Em outras palavras, cabe ao psicólogo optar por uma prática que vise sempre o desenvolvimento pleno da subjetividade constituída pelas categorias fundamentais do psiquismo humano e das funções psicológicas superiores, como a memória, a imaginação e a criação de vida – instrumentos indispensáveis para a liberdade do ser humano, segundo Vigotski (1996).

Enquanto a Universidade não romper com o círculo vicioso criado entre um saber congelado que leva à técnicas reprodutivas de um ‘status quo’, ela só conseguirá atender a uma elite intelectual e econômica, para a qual convém manter as coisas como estão...

Também na sua prática cotidiana, cabe à Universidade contribuir para o avanço da consciência dos futuros psicólogos, pois somente eles poderão desenvolver atividades transformadoras da sociedade.

Um bom exemplo deste processo ocorreu no Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da PUC-SP; há uns 20 anos atrás, seus professores procuravam desenvolver nos alunos uma postura

crítica em relação às teorias tradicionais da psicologia social, principalmente, nos primeiros semestres do curso.

Na ocasião da formatura desses alunos, nenhum professor do Departamento é sequer homenageado, apesar de relações amistosas existentes entre eles. Questionando os alunos o por que dessa ‘descriminação’, eles alegaram a insegurança que suas aulas geravam em relação às técnicas e práticas que definem a profissão: “perdiam o pé e não sabiam o que fazer”.

Quando nossas pesquisas permitiram sistematizar um saber e, conseqüentemente, levar à revisão do conteúdo das disciplinas ministradas pelo Departamento, houve uma reversão significativa deste quadro, pois elas passaram a dar novos subsídios teóricos para a prática e para uma análise crítica tanto da realidade social como das técnicas utilizadas.

E aconteceu que os professores do Departamento de Psicologia Social, foram os mais votados para a direção da Faculdade, assim como para serem paraninfos dos formandos.

II – Da comunidade para as instituições

Este desafio começou durante o I Encontro Nacional sobre Trabalho Comunitário, realizado em Belo Horizonte, MG, em 1992.

Foi um marco histórico em vários sentidos. Um em especial, chamou a minha atenção: a cisão entre os analistas institucionais e os psicólogos comunitários, que ora assumia cores políticas, ora científicas.

Na realidade os dois grupos tinham o mesmo objetivo, ou seja, o desenvolvimento das consciências individuais e sociais, das pessoas envolvidas no processo de intervenção, tanto institucional como comunitária.

A explicação desse conflito é óbvia: enquanto na América Latina a “brecha” era a Psicologia Comunitária, no Primeiro Mundo as Instituições abriam suas portas para os psicólogos analisarem as relações sociais existentes, e as intervenções possíveis.

A divergência, provavelmente, surgiu através da formação profissional das pessoas envolvidas: havia aqueles que por diversas

contingências foram para o exterior, em geral, para a França, e adquiriram uma experiência de trabalho em institucionais.

O outro grupo se constituiu por atividades desenvolvidas em intervenções em comunidades. Aqueles que permaneceram na América Latina durante os períodos de ditadura e/ou repressão política procuraram por “brechas” de resistência e atuação, sob a inspiração de Paulo Freire e muitos outros.

Autores como Lapassade, Loureau, Guattari, foram lidos e discutidos, porém, eles partiam de vínculos institucionais, os quais naquele momento, eram inviáveis, pois as instituições no poder fechavam suas portas aos “subversivos”.

Apenas as Comunidades Eclesiais de Base e algumas Associações de Amigos de Bairros abriam espaço para um trabalho junto às populações envolvidas.

Fatos semelhantes ocorreram no Chile, Peru, Colômbia, Venezuela e México e foram relatados na obra organizada por Esther Wiesenfeld e Euclides Sanchez (1995), intitulada “Psicologia Social Comunitária em América Latina”. E, em um artigo menos extenso publicado na *International Revue of Applied Psychology*, (1991).

Eu e Bader Sawaia contamos esta história tanto como um capítulo do livro como num item do artigo.

A grande meta era sempre a procura de soluções para os problemas sociais através do desenvolvimento da autonomia dos indivíduos e das comunidades.

Com a abertura política, a Psicologia Comunitária passa a ser disciplina curricular em alguns cursos de Psicologia, com estágios desenvolvidos por professores e alunos. Fora da Universidade ela consiste em trabalho voluntário, realizado, em geral, nos fins de semana. Durante todo este período, não conseguimos resposta para uma questão crucial: quem deve remunerar esse trabalho?

Por outro lado o termo tomou-se um modismo, valendo qualquer intervenção ou mesmo descrição em bairros da periferia, como bem demonstrou M. Fátima Quintal de Freitas, em sua tese de doutorado.

Finda a ditadura, os antigos militantes políticos começaram a propor a criação de cargos para os psicólogos em instituições como: creches, postos de saúde, escolas, hospitais, etc. todos de caráter público, remunerados pelo Estado.

Dentro da lógica do capitalismo, como já dissemos, educação, saúde e prevenção não são prioridades, o que se traduz por baixos salários, o que tornam essas atividades pouco atraentes diante do modelo clínico-médico.

Porém, a consciência social e política de muitos psicólogos os levaram a assumir esses cargos, com dedicação e entusiasmo, porém, defrontaram-se com uma séria pergunta: “o que fazer”?

E, o círculo se fecha, pois os cursos, em geral, não prepararam seus alunos para o trabalho em instituições dessa natureza, e novamente, presenciamos práticas de ensaio-erro, pois as próprias instituições não têm clareza de suas atribuições, confundido-o com o assistente social e/ ou educador. Encontramos de novo o psicólogo à procura de sua identidade...

Se a psicologia voltada para a comunidade e instituições públicas parece ser um avanço, não significa que devemos nos esquecer as outras especializações, mas sim repensá-las criticamente, em termos de compromisso social.

É possível o psicólogo do trabalho, priorizar o trabalhador, assim como o educacional enfocar a qualidade das relações sociais na escola, visando sempre uma atuação preventiva e nunca de “panos quentes”. Assim como o psicólogo clínico não deverá jamais esquecer que a doença mental é sempre social...

Tudo indica que eles contribuíram, significativamente, para a formação profissional desses alunos.

A moral da história se resume: não basta à Universidade fazer teorias dissociadas de uma prática, seja ela em sala de aula, no consultório, na escola, na empresa, assim como na pesquisa e na sistematização do saber.

A sua função não termina na outorga de um diploma, pois a Universidade deve se inserir na realidade cotidiana daqueles que “estão lá fora”, constituindo sociedades, culturas, países, enfim, a Humanidade.

Enquanto os cursos de Psicologia não romperem o círculo vicioso criado entre um saber consagrado que se traduz em técnicas e práticas reprodutivas, mantendo, assim, o 'status quo', validando um saber que só atende a uma elite social, para a qual convém manter o estado de coisas...

Porém, se a Psicologia, procurar uma inserção social mais ampla, prestando serviços – direta ou indiretamente para a grande maioria da população, e desta forma colaborar para a solução das injustiças sociais e da alienação social do ser humano, ela poderá sistematizar saberes para que o profissional junto com a população possam enfrentar seus problemas e dúvidas do dia-a-dia, e encontrar soluções, e propiciar o desenvolvimento da autonomia da comunidade.

E na sua prática cotidiana cabe também aos professores de Psicologia contribuírem para o avanço da consciência dos futuros profissionais, pois é o psicólogo consciente da realidade sócio-histórica na qual está inserido, que desenvolverá atividades transformadoras.

Esta é a Utopia. Porém, hoje as exceções à regra demonstram que ela é viável, mas para tanto é necessário manter uma troca constante entre uma Universidade crítica, um profissional questionador, e a própria comunidade com suas necessidades prementes, levantando questões a serem pesquisadas. Estas, por sua vez, levarão a sistematizações teóricas, as quais deverão atualizar a formação dos novos psicólogos.

A pesquisa do cotidiano apresenta uma consequência muito importante – a de tornar os sujeitos, direta e/ou indiretamente coparticipantes do saber desenvolvido, o qual terá, necessariamente, consequências práticas. Para tanto é preciso saber comunicar o nosso conhecimento numa linguagem acessível, precisa, porém compreensiva.

Para finalizar quero mencionar algumas contribuições que o nosso núcleo de pesquisa na PUCSP vem elaborando.

Temos constatado que, no plano individual, as emoções, a linguagem e o pensamento são mediações que levam a agir, portanto somos as atividades que desenvolvemos na sociedade, através da mediação dos grupos sociais dos quais, necessariamente, participamos e desenvolvemos a nossa consciência da realidade que nos cerca, através do pensamento e das

emoções – afetividade – que permeiam as relações com nossos pares, nos identificando como individualidade – identidade.

Verificamos, também, que as Instituições sociais são produtoras de ideologia, que tem a sua eficácia garantida, não apenas racionalmente, mas pelos códigos afetivos que utilizam para transmiti-la.

Se estas mensagens não forem decodificadas pela linguagem e pensamento, elas se tornam fragmentos que podem inibir o avanço da consciência, dar falsos significados a nossa atividade, constituir características da afetividade, e através do desempenho de papéis prescritos, cristalizar a identidade.

Deslindados todos estes processos, acreditamos que a psicologia sócio-histórica trará contribuições para a compreensão da Ética e da Estética, levando a práticas que aprimorem moralmente o ser humano no conjunto de suas relações sociais, e também levem-no a desenvolver o seu potencial criativo, embelezando o seu dia-a-dia, contribuindo para a plena concretização da Cidadania.

Referências Bibliográficas:

- LANE, S.T.M. e SAWAIA, B.B. “Community Social Psychology in Brasil”
In. Applied Psychology: An International Review, 1991, 40 (2), p. 119-142.
- LANE, S.T.M. e SAWAIA, B.B. (1995). “La Psicología Social Comunitaria en Brasil”, in Contribuciones Latino-Americanas para la Psicología Social Comunitaria. eds, Wiesenfeld, E. e Sanchez, E. Caracas, Fondo Ed. Tropykos.
- VIGOTSKI, LS. (1990-1995). Obras Escogidas, Madrid, Vizor dist.